

HABEAS CORPUS Nº 539.273 - SC (2019/0306981-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
VANESSA MORITZ LUZ - MT023305B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : MARIA CRISTINA MIORINO DE MORAIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. EXECUÇÃO DE PENA EM REGIME ABERTO. DESCUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES IMPOSTAS. REGRESSÃO CAUTELAR DE REGIME PRISIONAL. OITIVA PRÉVIA DA APENADA OU INSTAURAÇÃO (PRÉVIA) DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD). PRESCINDIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO *WRIT*.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do *mandamus*, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

2. Na hipótese vertente, a Corte de origem, por ter a sentenciada descumprido uma das condições do regime aberto, determinou a regressão cautelar de regime sem prévia oitiva judicial ou instauração (prévia) de PAD.

3. Tal posicionamento encontra-se em harmonia com a jurisprudência consolidada por esta Corte Superior de Justiça, no sentido de que, tratando-se de regressão cautelar, não é necessária a prévia ouvida do condenado ou instauração (prévia) de PAD, como determina o § 2º do art. 118 da Lei de Execução Penal, visto que esta exigência somente é obrigatória na regressão definitiva ao regime

mais severo, sob pena de contrariar a finalidade da medida.

4. Na mesma linha de entendimento, manifestou-se o *Parquet* federal, *in verbis*: (...) o *Superior Tribunal de Justiça* firmou entendimento de que, evidenciada a praticada a falta grave pelo sentenciado, é cabível a regressão cautelar do regime prisional. Em tal hipótese, não se faz necessária a oitiva prévia do condenado, que apenas é exigida quando a regressão der-se em caráter definitivo [...] Assim, a regressão cautelar prescinde da prévia oitiva do condenado, de modo a não contrariar a finalidade da medida; cumprido o mandado de prisão e retomado o cumprimento da pena, o contraditório e a ampla defesa terão lugar em procedimento voltado à análise da regressão definitiva. Instruído o feito com elementos suficientes a indicar o cometimento de falta grave pela apenada, a necessidade de assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento da pena imposta, cabível a medida cautelar. Na espécie, ante os robustos indícios de prática de falta grave, nos termos do artigo 50-V da LEP - "deixou de comparecer em juízo mensalmente para informar e justificar suas atividades" -, determinou-se a sustação cautelar do regime aberto e a regressão para o regime semiaberto. Adotou-se, portanto, medida cautelar para resguardar o cumprimento da pena imposta - providência reconhecida por esta Corte Superior e alinhada à sistemática da execução penal, especificamente às conseqüências advindas do descumprimento de obrigação assumida como condição para o regime aberto. Do exposto, verifica-se que o acórdão impugnado, visto que devidamente motivado, é de todo imune a críticas.

5. Registre-se, por fim, que a rediscussão da matéria (controvérsia acerca do descumprimento, ou não, de condição do regime aberto, deixando a reeducanda de se apresentar em juízo), mostra-se incompatível com a via mandamental eleita, porquanto, para se invalidar a conclusão da instância originária, torna-se imprescindível a reavaliação do contexto fático-probatório.

6. Inexistência de ilegalidade, a justificar a concessão da ordem de ofício.

7. *Habeas corpus* não conhecido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator